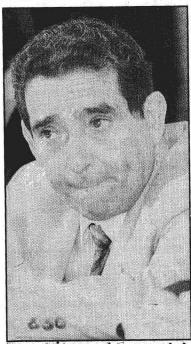
Dario se sai bem mas pode voltar a depor

O senador Dario Pereira (PFL-RN) não chegou a se comprometer no depoimento de ontem na CPI do Orçamento. Entretanto, segundo o relator da CPI, Roberto Magalhães, o senador poderá ter que voltar a depor, caso o Tribunal de Contas da União (TCU) encontre irregularidades na investigação que fará na Sociedade dos Amigos de Parelhas, no Rio Grande do Norte, entidade beneficente para a qual o senador, através de emenda, destinou cerca de 200 mil dólares este ano. A investigação será pedida hoje.

Dario Pereira foi convocado a depor porque seu nome apareceu nos documentos Construtora Norberto Odebrecht com o percentual de três por cento à frente. No depoimento, de pouco mais de duas horas, o senador só demonstrava algum nervosismo quando era perguntado sobre as obras da barragem de Oiticica e do Açude de Santa Cruz de Apodi, ambas no Rio Grande do Norte. Estas duas obras apresentam superfaturamento de 130 milhões de dólares e 107 milhões de dólares respectivamente, conforme relatório do TCU, e teve verbas aprovadas por Dario Pereira quando ele atuou como relator parcial da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) e Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) no orçamento do ano passado. A barragem de Oiticica é feita pela Norberto Odebrecht e o acude de Santa Cruz de Apodi



Dario:US\$ 200 mil para entidade

por um consórcio formado pela OAS/EIT. O TCU encontrou ainda indícios de fraudes na licitação desta obra.

O senador do Rio Grande do Norte disse que não sabia quais empreiteiras iriam construir as barragens ao aprovar, como relator parcial da Comissão Mista do Orçamento, no final de 1991 e início de 1992, verbas para essas obras.

Pereira alegou que destinou verbas às barragens por recomendação dos parlamentares de seu estado. A CPI aprovou ontem requerimento do deputado Maurício Najar (PFL-SP) determinando ao Governo a imediata suspensão de repasse de verbas para estas obras até a conclusão das investigações.

O depoimento de Dario Pereira foi prejudicado pela falta de informações sobre a movimentação bancária e a situação patrimonial e da análise da atuação dele nas áreas de emendas e de subvenções sociais.

1116